REVISTA NEIBA
CADERNOS ARGENTINA-BRASIL

Volume 12, 2023, p. 01-25
DOI: 10.12957/neiba.2023.74405 | e74405 I ISSN: 2317-3459

O PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA: Uma análise da utilização do petróleo na política externa do governo Lula (2003-2010)[2][3]

OIL AS A BRAZILIAN DIPLOMATIC INSTRUMENT: An analysis of the use of oil in the foreign policy of the Lula government (2003-2010)

Nathana Garcez[1]

[1]Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/PUC-SP/UNICAMP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: nathana.garcez@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8523-9605.

Recebido em: 24/03/2023 | Aceito em: 30/10/2023.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

[2] Uma versão bruta deste artigo foi publicada anteriormente em anais de um evento acadêmico. Esta versão é a versão atualizada da referida publicação.

[3] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

O período entre 2003 e 2010 foi onde o Brasil mais se aproximou do processo de graduação. Dentre as políticas que permitiram a conquista dessa notoriedade dentro do Sistema Internacional, destaca-se a política energética para o setor petrolífero. Ela impulsionou a economia e o petróleo foi uma peça central da diplomacia brasileira, sendo objeto de disputas e acordos comerciais que ajudaram a tornar o Brasil um ator relevante no cenário internacional.

Dado isso, a presente pesquisa parte da hipótese de que o petróleo foi utilizado como instrumento diplomático pelo governo para alcançar o objetivo de inserir o país no processo de graduação. Assim, serão analisados qualitativamente, por meio de fontes primárias e secundárias, os movimentos da política externa brasileira em torno do petróleo durante o governo Lula, onde se buscará identificar os pontos positivos e possíveis limitações dessa estratégia.

Palavras-chave: Petróleo, Governo Lula, Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

Between 2003 and 2010, Brazil came closest to the graduation process. Among the policies that allowed this notoriety conquest within the International System, the energy policy for the oil sector stands out. It boosted the economy, and oil was a centerpiece of Brazilian diplomacy, the object of disputes and trade agreements that helped make Brazil a relevant player on the international stage.

Given this, this research starts from the hypothesis that the Brazilian government used oil as a diplomatic instrument to achieve the objective of inserting the country in the graduation process. Thus, the article uses a qualitative methodology to analyze, through primary and secondary sources, the movements of Brazilian foreign policy around oil during the Lula government. In addition, the research will also seek to identify the positive points and possible limitations of this policy, making a final session with a conclusion about the effectiveness of this strategy.

Keywords: Oil Geopolitics, Brazilian Foreign Affairs, Lula's government.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o período onde o país mais se aproximou do processo de graduação no Sistema Internacional (Milani; Pinheiro; Soares de Lima, 2017). Segundo Milani, Pinheiro e Soares de Lima, graduação é o processo histórico, não linear e gradual de mudança na hierarquia, escala e status internacional em 3 espaços sócio-políticos: no centro decisório de instituições globais, na Economia Política Internacional e na socialização dos Estados (Milani, Pinheiro e Soares de Lima, 2017). Entre 2003 e 2010 o país obteve sólidos resultados econômicos, alinhados com políticas sociais internas de transferência de renda, que colocaram o Brasil entre as sete maiores economias do mundo. Esses resultados foram obtidos a partir de políticas externas e internas bem sucedidas – reconhecidas por seus pares – que permitiram ao Brasil a conquista de notoriedade e relevância dentro do sistema internacional.

Desde então, o movimento brasileiro de obtenção de respeito e influência nas relações internacionais foi alvo de análise e Milani, Pinheiro e Soares de Lima (2017) entendem que o governo brasileiro almejava realizar o processo de graduação. Sobre este, importa notar que, segundo os autores, ele não é efeito apenas dos esforços governamentais, sendo também um resultado do cumprimento de condições específicas, tais quais:

1. Aumento das capacidades materiais relativas do país;
2. Vontade política expressas em ações da política externa, decisões governamentais e estratégias nacionais;
3. Reconhecimento por potências maiores e pares no sistema internacional;
4. Coesão das elites governamentais e estratégicas do país – meios de comunicação, burguesia, movimentos sociais e academia;
5. Apoio da sociedade local ao processo de graduação.

A essas condições, ainda se soma a questão das circunstancias globais distintas da época (Milani, Pinheiro e Soares de Lima, 2017). Dessa última, destacam-se alguns fatores que influenciaram a capacidade de ação brasileira como a ascensão chinesa causadora do aumento exponencial dos valores das commodities no comércio internacional

(Oliveira, 2015), o crescimento de economias emergentes como a Índia e a transição do centro econômico mundial para o Pacífico.

Embora Milani, Pinheiro e Soares de Lima (2017) reconheçam que a política externa não é sozinha uma ferramenta suficiente para países em desenvolvimento não detentores de armas nucleares realizarem o processo de graduação, os autores reafirmam a importância desse componente para estratégias nacionais com esse objetivo. Nesse sentido, o país teve uma política externa que é considerada de elevada assertividade (Visentini, 2011), conquistando um protagonismo que superou expectativas da época. Essa política, denominada pelo autor Paulo Fagundes Visentini como global e afirmativa (Visentini, 2011), preconizou garantir ao Brasil um novo status, de maior poder, dentro do Sistema Internacional. Nesse sentido, houve uma opção deliberada – e relativamente bem sucedida – do governo brasileiro por uma política externa mais independente. Assim, o país atuou com eficiência e destaque em diferentes espaços, ocupando fóruns multilaterais, fortalecendo parcerias bilaterais antigas, estabelecendo novas relações diplomáticas e comerciais, além de investir em um grande projeto de integração Sul-Sul.

Com um projeto de país mais autônomo[4] e desenvolvido bem definido, o governo brasileiro precisou operar interna e externamente para mitigar possíveis impeditivos e impulsionar setores considerados estratégicos para o salto ambicionado. Dessa forma, muitas iniciativas nos âmbitos social e econômico foram criadas. Dentre essas, os investimentos no setor energético, especialmente no setor petroleiro, chamam atenção por quebrarem a fronteira invisível entre política interna e externa. O petróleo e as empresas nacionais do setor foram utilizados para impulsão da economia interna e como ferramentas diplomáticas na ambição brasileira de alcançar todos os continentes como um ator relevante dentro das relações internacionais.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo interpretar as ações do governo brasileiro no sentido de obter uma propulsão político-econômica no cenário internacional na primeira década dos anos 2000. Para tal, busca compreender as ações

[4] Aqui entende-se autonomia enquanto a capacidade e/ou viabilidade decisória no sistema internacional. Ela tem sido estabelecida ao longo do tempo no Brasil a partir da construção do poder nacional próprio por meio de cooperação e associação pragmática com vizinhos (Saraiva, 2014).

do setor energético no período dos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, enquanto mecanismos com foco interno que buscavam obter também resultados externos. Assim, esta pesquisa se alinha com a hipótese de que os formatos de utilização do petróleo pela diplomacia do Estado brasileiro no período foram concebidos para a inserir o país no processo de graduação e assim galgar degraus dentro da hierarquia do sistema internacional.

O período supracitado é considerado por Fuser e Abrão (2019) como o último período recente de expansão do setor energético brasileiro de forma conectada com opções macroeconômicas mais amplas de crescimento e desenvolvimento econômico. A partir do início da crise das commodities, no início da década de 2010, inicia-se um período de desconexão do governo nacional com as estratégias energéticas como indutoras do desenvolvimento, culminando nas diversas privatizações e abandono de políticas nacionais no fim desta década e início dos anos 2020.

Ao mesmo tempo, iniciou-se em 2023 o terceiro mandato do presidente Lula, que enfrenta um cenário internacional muito diferente daquele do início do século, diminuindo as margens de atuação por parte do governo nacional. Compreender aquele período, portanto, pode auxiliar a jogar luzes sobre o que ocorre na atualidade, e quais as opções disponíveis para o Brasil relativamente a este tema. A pesquisa aqui apresentada, portanto, insere-se num conjunto de estudos que buscam realizar o esforço de compreender os acertos e limitações das ações realizadas no sentido de internacionalizar e fortalecer o setor energético brasileiro em conexão com o sistema internacional. É possível considerar que estas reflexões auxiliem a construir políticas públicas mais eficientes para os próximos anos, assim como realizar reflexões críticas sobre a política energética nacional enquanto elemento que compõem o cenário estratégico global.

No aspecto metodológico, serão analisados qualitativamente, por meio de fontes primárias e secundárias, os movimentos da política externa brasileira em torno da maior fonte energética de exportação nacional. Ademais, a análise será dividida em seções sobre a história do petróleo no país e sobre as estratégias e ações do governo Lula e do

Ministério das Relações Exteriores em relação ao petróleo no campo internacional. Por fim, uma última seção será dedicada a exposição das conclusões sobre o objeto.

UMA BREVE HISTÓRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

A exploração petroleira no Brasil começa ainda no século XIX, em 1882, quando foi feita a 1ª perfuração bem sucedida de gás de xisto no Vale do Paraíba. O precedente de sucesso manteve aceso o interesse em petróleo nos anos vindouros, entre o fim da monarquia e o início da Republica. Porém, novas leis republicanas sobre expansão da noção de propriedade ao subsolo geraram aumento de disputas judiciais em torno da exploração de minerais e uma descentralização de políticas de incentivo à produção. Essa situação só mudaria no século XX com o resultado de comissões científicas apontando a existência de petróleo no Nordeste e por ocasião da transição energética iniciada na Primeira Guerra Mundial (Dias e Quaglino 1993, p.11).

Entre 1919 e 1930, órgãos com prerrogativas de perfuração para fins científicos exerceram mais de 51 perfurações para exploração de petróleo em solo nacional (Dias e Quaglino 1993, p.13). No entanto, foram as prospecções realizadas pelo engenheiro Edson Carvalho e Manuel Inácio Bastos em Alagoas e na Bahia, respectivamente, que mudaram a história do óleo no país. Enquanto Carvalho se associa e cria a Companhia Petróleo Nacional com o escritor Monteiro Lobato, o aparente sucesso de Bastos, no entanto, foi contestado pelo governo que negou apoio financeiro para exploração. As tentativas de produção chamaram atenção do governo e a elas seguiu-se intensas disputas que culminaram em livros de Monteiro Lobato denunciando obstáculos impostos pelo governo em 1936 e 1937, sua prisão em 1941 e ao aquecimento do debate sobre petróleo no país (Dias e Quaglino 1993, p.88).

Imagem 1: Capa da edição de 24 de janeiro de 1939 do jornal O Globo.

OURO NEGRO NO BRASIL!

Confirmada, finalmente, a existencia de petroleo nos terrenos de marinha da região de Lobato

ULTIMA EDIÇÃO 17 HORAS

Vae á cidade do Salvador o geologo Glycon de Paiva—As providencias do ministro da Agricultura — Fala ao GLOBO o general Horta Barbosa, presidente do Conselho N. do Petroleo

O GLOBO

NOVOS RUMOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA!

O presidente do Conselho Nacional de Petroleo confirma que o "ouro negro" jorrou em abundancia na capital bahiana

SUBSIDIOS á Commissão — Revisora —

CHEGA HOJE o Ministro da Guerra

Esperado ás 16 horas a general Gaspar Dutra

Apontados pelo Chefe de Policia os responsaveis pelo incidente!

O despacho do Sr. Filinto Muller poz a leitura do relatorio sobre as occorrencias do treino do Vasco, feito pelo Sr. Dulcidio Gonçalves

DENUNCIADOS UM OFFICIAL E VARIOS SOLDADOS DA P. MILITAR

O relatorio das actividades do Supremo Tribunal Federal

O presidente da alta côrte passará suas ferias em Poços de Caldas

A millionaria accusa!

Sensacionaes declarações de Dolores Tejera ao GLOBO

TRANSFERIDA A PARADA DE ELEGANCIA

Chantagem em nome de Rockefeller!

Restabelecido o trafego

MAIS UM ASTRO

BEBE DESDE QUE FOI CONTEMPLADO PELA SORTE!

Preso dentro do bonde o felizardo, ao tentar imitar as vestes de Adão...

Fonte: O Globo, 1939.

Entre 1937 e 1939 o governo de Getúlio Vargas decide estatizar e perfurar o poço na cidade de Lobato, recôncavo da Bahia, mas apenas em janeiro de 1939 acontece a primeira perfuração bem sucedida, confirmando assim a existência de petróleo (Dias e Quaglino 1993, p.21; Memória O Globo, 2023). Em meio a esse processo também se inicia então o processo de nacionalização do setor. Em 1938 foi então criado o Conselho Nacional de Petróleo e toda a atividade do setor petrolífero – inclusive o refino – passa a ser sujeita exclusivamente à competência estatal (Oliveira Jr. 1995, p. 60; Brasil, 1938). Em 1946, o fim do Estado Novo inaugura um novo momento para o setor. A promulgação da Constituição de 1946, mais liberal, passou a permitir a atuação de capital estrangeiro na área petrolífera. Em meio a esse processo de liberalização, intensificou-se um debate sobre a política nacional de petróleo entre favoráveis a participação estrangeira e nacionalistas contrários à ideia. É nesse momento em que surge a campanha "O petróleo é nosso", organizada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo que envolvia militares, políticos e intelectuais (Dias e Quaglino 1993, pp.96-98).

Em 1953 o grupo de nacionalistas vence o debate público e é promulgado a sanção presidencial ao projeto de lei 2004. Este criava a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e instituía o monopólio estatal da exploração e do refino de petróleo no

Brasil. A partir disso, o setor petrolífero brasileiro viveu 44 anos de monopólio estatal com períodos de expansão nos segmentos petroquímico, de refino e de distribuição, assim como de crises decorrentes dos choques internacionais do petróleo. Além disso, a Petrobrás foi utilizada estrategicamente como braço de projetos de internacionalização durante o período, atuando em países como Madagascar, Colômbia, Egito, Angola, Irã e outros (Carvalho, 2020).

Em retrospectiva, o resultado dessa lei foi a construção de uma empresa estatal de grande porte que teria o papel fundamental na economia brasileira de amenizar a dependência nacional de importações de óleo. A situação monopolística da Petrobras só mudaria em 1997, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Após anos de disputas, o projeto de liberalização do setor petrolífero do país começou a ser implementado, a partir da Lei 9478/97 ou a Nova Lei de Petróleo. No arcabouço institucional, ela criou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) – órgão regulador da indústria de óleo do país – e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), responsável por assessorar a Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes para o setor energético brasileiro. Porém, seu ponto mais marcante se deu no marco regulatório. Apesar de preservar os direitos sobre os hidrocarbonetos para a União, a lei flexibilizou de maneira histórica o monopólio da Petrobrás sobre todos os segmentos do setor de petróleo e gás natural do país (ANP, 2002).

O PETRÓLEO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

O início do governo Lula, em 2003, se seguiu a um período de grandes transformações no setor petrolífero nacional decorrentes do processo de privatizações e liberalizações iniciado com o fim do monopólio estatal da exploração de petróleo no Brasil em 1997. Segundo relatórios do Seminário Nacional da Federação (FUP, 2002), nesse período a Petrobrás – maior empresa brasileira de petróleo e gás natural – entregou parte de seus campos de produção de petróleo a empresas privadas após um processo de reestruturação e, em 2002, o país contava com 35 novas concessionárias privadas nas atividades de exploração e produção que detinham 51,43% das áreas em estágio exploratório do país (FUP, 2002, p. 6).

A nova condição do setor veio e com ela, suas repercussões. Movimentos sindicais do segmento se posicionaram contra o processo de liberalização e, por vezes, expuseram receios em relação a um possível desmembramento da Petrobras e perda da capacidade produtiva do país (FUP, 2002). Entretanto, ainda que em meio às incertezas, no cenário interno o setor cresceu de maneira relevante. Entre o período de 1997 e 2000, a fatia de participação do setor no produto interno bruto (PIB) brasileiro saltou de 20,2 bilhões de reais (2,7% do PIB) para 52,6 bilhões de reais, em um equivalente a 5,4% do PIB (FUP 2002, p.6). Nesse sentido, importa notar que esse crescimento foi causado a partir da recuperação internacional dos preços do petróleo[5] , das transformações causadas pelo novo marco regulatório e pela expansão da produção e refino no período (ANP, 2002).

Enquanto essas mudanças eram sentidas na indústria de óleo e gás natural, a esfera da política externa também passava por um período de transição. Apesar de manter alguns elementos considerados tradicionais da Política Externa brasileira como a afirmação da autonomia nacional (Fontanelli, 2015), a diplomacia do governo Lula (2003-2010) é considerada por Visentini, como a que melhor representou verdadeiramente um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de protagonismo nas relações internacionais (Visentini, 2011). Essa percepção é corroborada por outros autores que afirmam que este foi o período onde o Brasil mais se aproximou de realizar um processo de graduação e galgar relevantes degraus dentro da hierarquia de poder do Sistema Internacional (Milani, Pinheiro e Soares de Lima, 2017).

Conhecida como "autonomia pela diversificação" (Vigevani, Cepaluni, 2007), a diplomacia capitaneada por Lula, como chefe de Estado, e Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, se propôs a assumir protagonismo e liderança no projeto de diminuição das assimetrias do Sistema Internacional e aumento da capacidade de barganha dos países periféricos. Sem abandonar relações com Estados Unidos e Europa, o Brasil escolheu centralizar seus esforços diplomáticos na expansão e fortalecimento das parcerias Sul-Sul. Assim, o país diversificou suas relações, mantendo contato com o Norte

[5] O valor do barril de petróleo alcançou a marca histórica de $147 dólares em julho de 2008.

Global, e buscou a partir da sua diplomacia – reconhecida internacionalmente[6] – realizar o desenvolvimento nacional.

Nesse contexto de tentativa de implementação de um processo de graduação, a energia teve um sensível destaque em relação a outros setores nacionais. Isso se deve a compreensão governamental de que o setor energético era fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Portanto, o governo Lula, comprometido com o projeto de construção de um país autônomo, teve especial dedicação em desenvolver interna e regionalmente o setor energético buscando garantir a segurança energética brasileira. Um exemplo disso foi a criação do Departamento de Energia dentro do Itamaraty, ainda em 2006. Outro, foram os esforços para dar robustez aos projetos do setor energético da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), primeira iniciativa de desenvolvimento de infraestrutura regional a envolver todos os países sul-americanos (Vitte, 2009). A partir de 2005, diversos projetos voltados para a construção de infraestrutura do setor energético foram colocados em prática. Aqui cabe destacar que em 2009 a iniciativa foi incorporada ao guarda-chuva institucional da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em uma tentativa de maior coordenação política no tema de integração e de uma facilitação de mecanismos de financiamento dos projetos. No entanto a ação não foi bem sucedida e a IIRSA perderia relevância nos anos seguintes.

Mais uma ação no sentido de desenvolvimento do setor energético foi o esforço na promoção da diversificação da matriz energética e dos biocombustíveis internamente por meio de políticas públicas, encontros e acordos internacionais (Ribeiro 2015, p.54; Oliveira, 2015). Essa promoção dos biocombustíveis, em especial do etanol brasileiro, como uma fonte alternativa para países em desenvolvimento sem reservas de hidrocarbonetos ficaria conhecida como a "Diplomacia do Etanol"[7] . Essa promoção

[6] Segundo o antigo CEO e editor da Foreign Policy, David Rothkopf (Bandeira, 2016), o governo "Lula, no auge de sua popularidade, fez mais para aumentar o peso do Brasil no cenário mundial do que qualquer presidente do Brasil, seja por abrir embaixadas e consulados pelo mundo, seu papel de liderança, Celso Amorim e o Itamaraty envolvidos nos assuntos mais importantes..."

[7] A utilização do etanol como matriz energética data de 1931, na instituição da obrigatoriedade da adição do álcool anidro à gasolina consumida em território nacional pelo governo Vargas (Leme, 2004). Ademais, durante a ditadura militar foi criado em 1975 o programa Proálcool (Brasil, 1975), que estabeleceu as condições necessárias para a produção do biocombustível. Dessa forma, quando o presente artigo menciona a produção no governo Lula, destaca-se a sua utilização dentro do cenário diplomático em um cenário recente e não necessariamente a originalidade do desenvolvimento do Etanol como combustível

internacional do etanol seria preconizada com algum sucesso durante os primeiros anos do governo, no entanto, o petróleo, maior fonte energética mundial, apesar de não figurar nos mais importantes discursos presidenciais, não foi esquecido (Oliveira 2015, p.84).

Até o início do século XXI, o Brasil não havia conseguido atingir a autossuficiência na produção de petróleo, apesar da expansão do setor. As importações superavam as exportações do produto e as reservas nacionais da fonte não eram suficientes para que o país se colocasse como um exportador no mercado internacional. Assim, os primeiros movimentos do governo Lula foram, de fato, em direção ao alcance da autossuficiência[8] por meio da diversificação da matriz energética e promoção do desenvolvimento de energias limpas como o caso do etanol. Porém, de acordo com sua própria filosofia, a segurança energética também era prioridade e, portanto, o óleo também foi objeto de estratégicas parcerias comerciais e securitárias que visaram garantir o fornecimento, a exploração do recurso e, em última instância, a promoção do Brasil no cenário internacional (Fontanelli, 2015).

Com a política externa brasileira se mostrando um dos braços da política de desenvolvimento nacional, o novo governo brasileiro incentivou a atração de investimentos estrangeiros[9] na infraestrutura energética interna, na área de prospecção e extração de petróleo (Ribeiro 2015, p.55; Jungblut, 2004). Dessa forma, ficava claro o interesse na manutenção e intensificação das pesquisas que visassem encontrar novas reservas da fonte em território nacional. Mas, para além do cenário interno, a diplomacia brasileira foi fundamental para o estabelecimento de relações internacionais profícuas que permitissem a Petrobras explorar em território estrangeiro esse recurso. Essas estratégias obtiveram resultados ainda nos primeiros anos do governo e a Petrobrás desenvolveu tecnologia para a exploração de petróleo em plataformas marítimas e no ano de 2006 o Brasil anunciou a descoberta do Pré-Sal. Somado a isso, a Petrobras

[8] A autossuficiência foi conquistada em 2006 com uma produção de 1,9 milhões de barris por dia (bpd), um consumo de 1,8 milhões de bdp e um superávit comercial de US$3 bilhões. No entanto, cabe notar que o país continuou importando petróleo refinado (Globo, 2006).

[9] Entre 2003 e 2007 o Brasil viveu anos consecutivos de superávit no fluxo cambial e em 2007 o país viveu um superávit recorde de US$ 87 bilhões entre investimentos em ações, títulos, setores produtivos e na conta comercial (Doca, 2008).

também começou a estabelecer parcerias de exploração de recursos naturais em outros continentes, com destaque para o americano e africano.

Sobre o Pré-Sal, a descoberta das reservas em águas profundas transformou a posição brasileira no mercado de petróleo. Além da possibilidade de colocar o país entre as maiores reservas do mundo, aumento a sua relevância no mercado energético global[10], o petróleo ali encontrado foi considerado mais leve, de maior qualidade e valor comercial em comparação com o produzido no país anteriormente (Fontanelli 2015, p.46). No entanto, mesmo antes da confirmação de sua existência, a possível localização das reservas já inspirava preocupação para o governo brasileiro. Atualmente sabe-se que o Pré-Sal se encontra dentro dos limites da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), mas naquele período havia a dúvida quanto a extensão das reservas para além da zona. Assim, ainda em 2004, dois anos antes do anúncio oficial sobre as reservas em águas profundas, o Brasil reivindicou a extensão de sua plataforma continental conforme estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (1982). Essa movimentação pode ser explicada como uma antecipação do governo brasileiro a um possível questionamento externo em torno dos direitos de exploração sobre as prováveis reservas a serem descobertas no Oceano Atlântico.

A reivindicação só obteria uma resposta da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, quando a ONU acatou 75% do pleito brasileiro, enquanto os cerca de 25% restantes permaneceram sob litígio (Estadão, 2010; CLCS, 2011). Dessa forma, Brasil aumentou sua plataforma continental brasileira de 200 milhas náuticas para 350 milhas em áreas da Guiana até Natal e do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul (Estadão, 2010). Essa é considerada a Amazônia Azul que detém uma área maior que a Amazônia Verde. Apesar da vitória parcial, o Brasil decretou de forma unilateral que, enquanto o pedido não fosse integralmente aceito pela ONU, o país resguardava para si o direito de autorizar pesquisas nessa região (Fontanelli 2015, p.31; Marinho, 2007). Do ponto de vista estratégico, a ação da diplomacia brasileira visou proteger as reservas de apropriação e exploração estrangeira por meios legais dentro Direito Público Internacional e se provou

[10] Em 2009 o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chegou a aventar a possibilidade da integração do Brasil na OPEP (Chade, 2009). Ainda que pudesse haver interesses geopolíticos orientando o discurso do presidente venezuelano, o pedido é uma clara demonstração da conquista de relevância do país no mercado global de energia.

suficientemente bem sucedida com o aumento da ZEE brasileira (Marinho, 2007; CLCS, 2011).

Ainda em relação às preocupações quanto a preservação dos direitos nacionais sobre a exploração do Pré-sal cabe ressaltar as mudanças que a descoberta provocou no âmbito interno. Foi estabelecido em 2010, no último ano do segundo mandato presidencial do presidente Lula, um novo modelo regulatório do Pré-sal no país a partir da criação de três novas leis. As três novas leis (12.276/2010, 12.351/2010 e 12.304/2010) tratavam, respectivamente da: cessão onerosa e capitalização da Petrobras; 12.351/2010, do estabelecimento do regime de partilha para região do pré-sal que garantia à Petrobras no mínimo 30% de participação nas reservas exploradas; e da criação da nova empresa estatal chamada PPSA (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., ou Pré-Sal Petróleo S.A) (Oliveira 2015, pp.86-87). As leis, juntamente das movimentações diplomáticas do Brasil, foram essenciais para a garantia dos direitos de exploração brasileiros no Pré-sal.

O PETRÓLEO E AS RELAÇÕES EXTERNAS BRASILEIRAS

Se nas disputas internas e envolvendo possíveis reservas de petróleo e o Direito Público Internacional o país foi relativamente bem sucedido, as relações externas brasileiras no setor petrolífero foram razoavelmente mais complexas. Por um lado, a diplomacia brasileira foi bastante ativa, procurando estabelecer conexões e parcerias que favorecessem o desenvolvimento das empresas de petróleo, do setor petrolífero e da economia nacional. Assim, uma série de acordos foram realizados. Porém, sabe-se que houve contratempos diversos durante o estabelecimento do projeto de utilizar o petróleo como uma ferramenta diplomática em prol do desenvolvimento econômico brasileiro. Esses contratempos foram desde promessas e acordos não cumpridos até atritos com vizinhos, como no caso da nacionalização de empresas brasileiras na Bolívia em 2006 (Ordoñez, 2006).

Das ações diplomáticas bem sucedidas do governo Lula, salta aos olhos o intercâmbio entre Brasil e o continente africano onde o presidente realizou 12 missões comerciais em 8 anos de governo, em especial a Angola (Oliveira, 2015). Ainda em 2003 os países celebraram a participação da Petrobras e da ANP em projetos de cooperação

técnica para o levantamento de dados sobre bacias de produção terrestres (Brasil, 2003). Essa parceria evoluiria em 2006 com o acordo entre a Petrobras e a empresa estatal angolana Sonangol para a exploração de 4 blocos[11] no país africano. Em 2007 essa relação ainda seria fortalecida pela entrada da Angola na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), onde ambos os governos concordaram sobre o fornecimento anual de vinte mil barris de petróleo/dia da Angola para o Brasil. Finalmente, nos dois últimos anos de governo Lula, aconteceram dois fatos importantes: a Petrobras implementou no país africano o programa Proani (Programa de Integração de Processos da Internacional), capacitando profissionais angolanos para o setor de petróleo e, finalmente, a Angola foi estabelecida como uma parceira estratégica para o Brasil, com o campo energético sendo um dos alvos da cooperação estatal.

As parcerias na África ainda se estenderam a Namíbia e a São Tomé e Príncipe. No caso da primeira, parcerias para cooperação no campo energético foram estabelecidas e em 2009 o Brasil, por meio da Petrobras, adquiriu um bloco no mar namibiano para exploração de petróleo. Em São Tomé e Príncipe, o Brasil, via ANP, colaborou com o país africano para a criação de seu sistema de regulamentação e licitação para exploração de petróleo em 2004. Segundo Fontanelli (2005), essa parceria foi importante pelo fato de o país estar estabelecendo sua exploração da fonte, mas também porque suas reservas estão em zonas conjuntas às da Nigéria.

Esses casos jogam luz sobre as estratégias diplomáticas nacionais no período. Apesar das boas relações entre as nações, a Angola não era considerada uma forte parceira comercial em comparação a outros países como a Nigéria que exportou entre 2003 e 2014 quase 50% da totalidade do petróleo importado pelo Brasil. No entanto, foi ela a escolhida para o estabelecimento de parceria estratégica, algo que chama a atenção. A hipótese para essa escolha é que a decisão foi pautada tanto pela proximidade linguística-cultural quanto pela capacidade de inserção da Petrobrás em um novo, ainda não totalmente explorado, espaço com reservas importantes de petróleo. Aqui também cabe ressaltar que a internacionalização de empresas também fazia parte dos objetivos

[11] De acordo com Oliveira (2015, p.116), os acordos referentes aos blocos localizados na Bacia do Kwanza, na Bacia do Baixo Congo e na Bacia de Benguela permitiram que a Petrobrás atuasse na Angola como operadora e não operadora chegando a deter até 40% dos direitos participação na exploração dos blocos.

brasileiros na expansão das relações comerciais e estratégicas com o continente africano. Assim, o petróleo foi utilizado como ferramenta útil para garantir a segurança energética nacional por meio de importações seguras e para o projeto de fortalecimento da Petrobras (e do Brasil) no mercado mundial.

Nesse sentido, pode-se pensar em outras parcerias estabelecidas durante o governo Lula envolvendo países ricos em petróleo. Esse é o caso de Turquia e Venezuela (Fontanelli 2005, pp.40-41; Rangel, 2009). No período observado se considera que o Brasil não tinha relevante comercio no setor energético com os dois países. No entanto, as nações já eram reconhecidas por suas reservas e posições geopolíticas no cenário internacional. Enquanto a Turquia está situada em uma das últimas regiões do globo com reservas de óleo não totalmente exploradas, a vizinha Venezuela detém uma das maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos e faz parte da OPEP. Assim, e entendendo que manter laços estratégicos com esses países poderia gerar benefícios futuros, o Brasil estabeleceu o modelo de relacionamento com a Venezuela e Turquia em 2005 e 2010, respectivamente.

As parcerias criadas com os países foram variadas. Com a Turquia, firmou-se um acordo entre a Petrobras e a estatal turca Turkish Petroleum Corporation no Mar Negro para aplicação da tecnologia de exploração do Pré-Sal em águas turcas (Brasil, 2010a; Brasil, 2010b). Essa cooperação foi construída a partir do viés ideológico de apoio entre países em desenvolvimento, mas também estratégico de aproximar a Petrobras de um país famoso pelas suas rotas de oleodutos e gasodutos em direção à Europa. No caso venezuelano, a cooperação pouco se deu no âmbito comercial dada a qualidade semelhante do petróleo dos países. Assim, projetos de infraestrutura, refinamento, transporte e de prospecção de petróleo (e gás natural) foram priorizados. Acordos sobre a produção de combustíveis foram assinados no período e a Petrobras se estabeleceu em solo venezuelano na área de exploração e produção como uma não operadora (Fontanelli, 2005; Rangel, 2009; Estadão, 2006).

Além da Turquia, o Brasil também buscou solidificar sua relação no campo energético com outros países no continente asiático e regiões da afro-eurásia como o Oriente Médio e Bacia do Mar Cáspio. A partir da assinatura de acordos para transferência de tecnologia

da produção de etanol, o país reforçou relações com a Índia em um movimento que foi considerado o estabelecimento de uma parceria estratégica ainda no ano de 2006 (Oliveira, Jungblut, 2006). No caso do Oriente Médio, a Petrobrás estabeleceu um escritório em Teerã e o Brasil realizou parcerias comerciais para exploração de petróleo no mar do Irã assim como tentou se aproximar da Arábia Saudita (Ordoñez, 2005; Pamplona, 2010). No entanto, os poços explorados no Irã se mostraram subcomerciais enquanto os negócios com a Arábia Saudita nunca evoluíram o suficiente para se tornarem notáveis (Fontanelli, 2005).

Ainda do ponto de vista da diplomacia energética nos mandatos do presidente Lula estão os acordos para manutenção e intensificação das relações entre China e Brasil no campo de petróleo e gás natural. Em 2004 o presidente Lula realizou viagem para Pequim que teve como compromissos oficiais a inauguração do escritório da Petrobras na capital chinesa e o estabelecimento de parcerias entre a estatal brasileira e a chinesa SINOPEC. O acordo de cooperação abrangeu a exploração de petróleo em águas profundas, mas também a colaboração na exploração de outros mercados e intercâmbio tecnológico para o processamento de xisto (Brasil, 2004). A oportunidade de abertura comercial foi bem aproveitada pelo Brasil que entre 2008 e 2010 celebraria novos acordos com a SINOPEC e com a estatal CNPC para fornecimento de óleo. Esse movimento foi um passo fundamental para a consolidação de uma relação que seria expandiria nos anos seguintes, tornando a China a segunda maior parceira comercial brasileira[12] .

Os avanços proporcionados pela diplomacia pragmática e de longo alcance brasileiro foram notórios. No entanto, nem todos as suas ações foram bem sucedidas, conforme citado anteriormente. Há de ser citado o caso russo, onde o Brasil celebrou acordos ainda em 2004 uma parceria para transferência de tecnologia para mapeamento de regiões com potencial petrolífero que nunca chegaram a ser efetivados. No caso venezuelano, por exemplo, diversos projetos não se concretizaram como os projetos para construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, para exploração das reservas de Carabobo 1 na Faixa do Orinoco e para a construção do Grande Gasoduto do Sul (Fontanelli, 2005). No cenário organizacional, a Petrosul – órgão de coordenação de ações nas áreas

[12] Apesar dos benefícios da parceria, também é possível apontar pontos negativos da mesma. No período do boom das commodities o Brasil tornou-se mais dependente do comércio com a China.

energética e petrolífera entre Venezuela, Brasil e Argentina – também não foi implementado.

O continente sul-americano foi uma das quais mais houve percalços aos objetivos de utilização do petróleo como uma ferramenta de promoção da graduação. Apesar de cenários positivos como a parceria comercial com o Chile[13] – que viria a ser o primeiro país a comprar petróleo produzido no Pré-Sal (Delmas, 2011; G1, 2011) – a percepção de alguns países sobre possíveis intenções imperialistas do Brasil no continente se interpôs no caminho do aprofundamento de uma possível integração regional no campo energético[14] .

A nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006, pelo presidente Evo Morales reflete, em parte, esse movimento. Apesar das boas relações entre os governos e da intercessão do presidente Lula, a Bolívia se manteve firme na sua posição de nacionalizar as empresas estrangeiras do setor no país. Essa decisão afetou as relações entre os países, principalmente devido às disputas em relação ao ressarcimento da Petrobrás, empresa com concessões em solo boliviano. Em 2006, a Petrobrás era operadora de campos de produção de gás natural como o de San Alberto e também detinha duas estratégicas refinarias em Cochabamba e Santa Cruz que dominavam o comércio de derivados petróleo no país (Maisonnave, 2006). Após um período de disputas, ficou decidido que a Bolívia pagaria o valor de U$S112 milhões pela desapropriação das refinarias que haviam custado mais de U$S 130 milhões à Petrobrás (G1, 2007). Além disso, houve renegociações entre a mesma e estatal local para a manutenção das operações da empresa brasileira na Bolívia.

Após o caso da nacionalização, a Petrobrás – que chegou a ter investimentos de mais de U$S1 bilhão na Bolívia e ser responsável por quase 20% do PIB do país (Maisonnave, 2006; Ordoñez, 2006) – decidiu acatar grande parte dos pedidos do governo boliviano para manter-se no país. Ainda que os motivos bolivianos estivessem alicerçados em

[13] Em 2008 a Petrobrás exportou US$1,3 bilhões em produtos derivados de petróleo para o Chile (G1, 2009).

[14] A ideia de integração regional no campo energético sul-americano pode ser entendida como a criação de uma infraestrutura conjunta, integrada e eficiente do setor, indo desde projetos de produção até as estruturas de transporte energético que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza (Duarte, Oliveira, 2007; Aguiar, 2011). No entanto, importa informar que as dinâmicas político-econômicas da região (que envolvem períodos de disputas regionais, instabilidade política e estruturas de ofertas, demanda, industrial e grau de desenvolvimento energético distintas) tem dificultado a construção e execução de projetos nesse sentido.

aspectos internos, a nacionalização e consequente posição final da Petrobrás e do governo brasileiro (Damé, Doca e Éboli, 2006) evidenciaram as dificuldades e limitações da liderança do Brasil na região.

Em uma esteira de dificuldades semelhante estiveram as relações com o Equador, membro da OPEP. No caso do primeiro, a cooperação para a extração de petróleo e gás natural na região amazônica entre a Petrobras e a Petroecuador foram interrompidas pela estatal equatoriana devido a supostas ilegalidades cometidas pela empresa brasileira. A repercussão disso foi a decisão da Petrobras de finalizar suas operações no país ainda em 2010 (Fontanelli, 2015).

Além disso, há os aspectos envolvendo as tentativas de integração regional. Ainda que o Brasil tenha conseguido criar instrumentos de integração na área energética, a maioria deles não teve atuações efetivas ao longo dos anos. Esse é o caso do Conselho Energético da Unasul, estabelecido em 2007, que estabeleceu no mesmo ano um acordo de Cooperação Energética para a América do Sul que não foi capaz de fomentar a integração do setor no continente. Caso parecido é o da IIRSA, estabelecida ainda em 2000, que viu seus projetos minguarem pela baixa capacidade de endividamento e por certo desinteresse dos países sul-americanos.

CONCLUSÕES

Antes de tudo, importa frisar que esta pesquisa não tinha a intenção de mapear em sua totalidade todos os acordos e relações estabelecidas em torno do petróleo. Dadas as limitações de um artigo científico, a proposta aqui estabelecida foi elencar as mais importantes ações do governo brasileiro em torno do petróleo nas suas relações exteriores. Dito isso, é possível observar que o governo brasileiro foi ativo e atuante em seu objetivo de desenvolver seu setor energético por meio, também, da diversificação de suas relações em torno do petróleo. Apesar de menos presente nos discursos presidenciais em comparação com o etanol, o governo brasileiro foi pragmático ao lidar com o petróleo, mantendo uma diplomacia eficiente que obteve vitórias judiciais, acordos de promoção do petróleo e reconhecimento internacional de pares. Essas ações possibilitaram o desenvolvimento da produção do óleo em águas profundas,

fortaleceram o papel da Petrobras no mercado internacional e expandiram as relações brasileiras mundo afora, preconizando as relações sul-sul.

No entanto, também é possível perceber que existiram discrepâncias na prática diplomática brasileira em torno do petróleo ressaltadas pela pouca integração com grandes países exportadores do óleo, como a Nigéria e da Arábia Saudita. De outro lado, a integração regional com a América do Sul foi por vezes um palco de contradições, com projetos assinalados que, por diversas razões, nunca foram formalmente implementados. Também houve problemas na implementação de iniciativas voltadas para integração regional no setor energético como a IIRSA, o que demonstra limitações da ação brasileira nas instituições internacionais – parte essencial de um projeto bem sucedido de graduação.

De modo geral, as discrepâncias indicam uma necessidade de formular mais sólidas políticas de integração principalmente porque a autossuficiência brasileira adquirida com o Pré-Sal não determinou o fim da necessidade de importação de petróleo (leve ou refinado) no Brasil. Por fim, apesar das lacunas enxergadas no modelo de utilização do petróleo como ferramenta diplomática, a presente pesquisa aponta, por meio das diversas ações realizadas pelo governo brasileiro, que o país procurou, de facto, utilizar a fonte como um recurso de promoção de desenvolvimento nacional e de poder no Sistema Internacional. Essa ação, no entanto, sofreu com desafios impostos pelas dinâmicas político-sociais do período, um aspecto que demonstra os entraves que o projeto de inserção internacional, fortemente baseado na cooperação, enfrentou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Petróleo (ANP). (2002). 'Estimativa da Contribuição do Setor Petróleo ao Produto Interno Bruto do Brasil'. Relatório da Superintendência de Estudos Estratégicos, jan. 2002, pp-1-14. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2002/nota-tecnica-13-2002-see.pdf [Acesso em: 04 nov. 2021]

Aguiar, G. M. P. (2011). Integração regional pela via energética: estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil. Tese de doutorado em Relações Internacionais e

Desenvolvimento Regional/ Programa de Pós-Graduação interinstitucional da Universidade de Brasília (UNB).

Bandeira, L. (2016). 'Desfazer o que Lula fez em política externa não é bom para o Brasil'. *BBC Brasil*, 20 mai. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36334715 [Acesso em: 04 mar. 2023]

Brasil. Presidente. (1938). Decreto-lei nº 395 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacaooriginal-73902-pe.html [Acesso em: 02 out. 2023]

Brasil. Presidente. (1975). Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html [Acesso em: 29 set. 2023]

Brasil. Presidente. (2003). '(2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em 03 de novembro de 2003'. Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, ano 30, n. 93, pp. 189-191, 2. sem.

Brasil. Presidente. (2004). '(2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário "Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI", em Pequim, em 24 de maio de 2004'. Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, ano 31, n. 94, pp. 115-118, 1. sem.

Brasil. Presidente. (2008). Decreto nº6703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm [Acesso em> 01 out. 2023]

Brasil. Presidente. (2010a). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan – Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2010. Disponível: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/bem-eu-qu [Acesso: 04 out. 2023]

Brasil (2010b). Plano de ação da parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia. em 27 de maio de 2010. Disponível: https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/11704 [Acesso: 04 out. 2023]

Carvalho, J. (2020). 'Estado e classes dominantes no Brasil: a mobilização empresarial em torno da internacionalização da Petrobras durante a ditadura (1964-1988)'. In: *Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos...Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600225462_ARQUIVO_d3db895cde0b73f3834f2fb9b971acb6.pdf [Acesso em: 06 nov. 2021]

Chade, Jamil. Chávez quer Brasil na Opep e criação da 'petro-moeda'. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 mar. 2009. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/chavez-quer-brasil-na-opep-e-criacao-da-petro-moeda/ [Acesso em: 06 out. 2023]

Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS). (2013). Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by Brazil. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_bra.htm [Acesso em: 03 ou. 2023]

Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS). (2011). Summary of the recommendations of the commission on the limits of the continental shelf in regard to the submission made by Brazil on 17 May 2004 of information on the proposed outer

limits of its continental shelf beyond 2000 nautical miles. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/Summary_Recommendations_Brazil.pdf [Acesso em: 03 out. 2023]

Damé, L; Doca, G; Éboli, E. (2006). Lula: depender do gás da Bolívia foi um erro. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 04 maio, Economia, p. 27.

Delmas, M. F. (2011). "Made in" pré-sal. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 19 abril, Economia, Negócios & Cia, p.24.

Dias, J. L. M.; Quaglino, M. A. (1993). A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 211p.

Doca, G. (2008). Ingresso de dólar no país bate recorde histórico. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 4 janeiro, Economia, p. 19.

Duarte, P; Oliveira, E. (2006). Sem integração, continente vive crise de energia. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 30 julho, Economia, p. 27.

Estadão (2006). Petrobras e PdVSA assinam acordo de joint venture para La Concepción. Agencia Estado, 20 jul. 2006. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/mercados/petrobras-e-pdvsa-assinam-acordo-de-joint-venture-para-la-concepcion/ [Acesso: 04/10/2023]

Estadão. (2010). País amplia fronteira marítima pelo pré-sal. São Paulo, 07 de set. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/pais-amplia-fronteira-maritima-pelo-pre-sal-imp-/ [Acesso em: 02 mar. 2023]

Fontanelli, A. (2015). *A dupla inserção da política externa brasileira frente à nova geopolítica do petróleo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FUP. (2002). 'O setor de petróleo e a Petrobrás no governo Lula'. Relatório do Seminário Nacional da Federação Única dos Petroleiros. Rio de Janeiro, dez. 2002, pp.1-27.

Fuser, I.; Abrão, R. A. F. (2019). A América Latina e a nova geopolítica da energia: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Guiana, México e Venezuela. Revista Oikos, v.19, nº1, 2020. [Online]. Disponível em: https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2020/06/oikos-especial_v19-n1-2019_pepi-ineep.pdf [Acesso: 07/10/2023]

Globo. (2006). O caminho que levou à autonomia brasileira. Rio de Janeiro, 3 março, Economia, p. 38.

Globo. (1939). Ouro negro no Brasil! Confirmada, finalmente, a existência de petróleo nos terrenos de marinha da região de Lobato. Rio de Janeiro, 24 jan. 1939. Disponível em: https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sonho-nacional-8894951 [Acesso em: 01/10/2023]

G1. (2007). Conheça, passo a passo, a história da Petrobras na Bolívia. 09 de maio, Economia e Negócios. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL33446-9356,00-CONHECA+PASSO+A+PASSO+A+HISTORIA+DA+PETROBRAS+NA+BOLIVIA.html [Acesso em: 07/10/2023]

G1. (2009) Petrobras inaugura primeiro posto de combustível no Chile. 04 de agosto, Mundo. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1254853-9356,00-PETROBRAS+INAUGURA+PRIMEIRO+POSTO+DE+COMBUSTIVEL+NO+CHILE.html [Acesso em: 05/10/2023]

G1. (2011) Petrobrás exportará 1ª carga de petróleo extraído do pré-sal ao Chile. 19 de abril, Mundo. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/petrobras-exportara-1a-carga-de-petroleo-extraido-do-pre-sal-ao-chile.html [Acesso em: 05/10/2023].

Jungblut, C. (2004). Tudo pela infraestrutura. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 10 janeiro, Economia, p. 23.

Leme, R. M. (2004). Álcool combustível derivado da cana-de-açúcar e o desenvolvimento sustentável. In: *ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL*, Campinas [online]. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022004000100007&lng=en&nrm=abn [Acesso em: 03/10/2023]

Maisonnave, F. (2006). Morales invade Petrobras e nacionaliza gás. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mai. 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0205200602.htm [Acesso em: 06/10/2023].

Marinho, A. (2007). Em busca da Amazônia Azul: Brasil quer aumentar jurisdição no Atlântico para explorar biodiversidade e energia. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 02 outubro, Ciência, p.31.

Milani, C.; Pinheiro, L.; Soares de Lima, M. R. (2017). 'Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma''. *International Affairs*, 93:3, pp. 585–605.

Oliveira, A. C. G. (2015). *O petróleo africano no horizonte do Brasil: a relação entre política externa brasileira e a energia nas relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola (2003-2014)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, PEPI-UFRJ.

Oliveira, E; Jungblut, C. (2006). Países fecham associação em biocombustíveis: entre outros acordos, Brasil vai transferir tecnologia do etanol a Índia e a África do Sul, produtores de cana-de-açucar. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 14 setembro, Economia, p. 32.

Oliveira Jr., F. (1995). *A USINA DOS SONHOS: Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 - 1964*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FFCH/UFBa.

Ordoñez, R. (2005). Apetite de Gigante: Petrobrás investirá US$1,4 Bilhão no exterior em 2006, 40% a mais que neste ano. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 5 dezembro Economia.

Ordoñez, R. (2006). Petrobrás diz não: estatal recusa reajuste de preço de gás da Bolívia e suspende investimentos. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 04 maio, Economia, p. 27.

Pamplona, N. (2010). Petrobras estuda encerrar atividades no Irã, diz diretor. *Revista Exame*, Rio de Janeiro, 10 out. 2010. Negócios. Disponível em: https://exame.com/negocios/petrobras-estuda-encerrar-atividades-ira-diz-diretor-512579/ [Acesso em: 06/10/2023]

Rangel, J. (2009). Petrobrás aposta em refinarias no exterior: com pré-sal no Brasil, empresa redireciona investimentos externos e planeja ter uma rede de postos nos EUA. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 17 outubro, Economia, p. 32.

Ribeiro, R. A. (2015). Energia na Política Externa Brasileira. *Revista NEIBA, Cadernos Argentina-Brasil*, 4(1), pp. 45-58. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13837/13514 [Acesso em: 20 mar. 2023]

Saraiva, J. F. S. (2014). Autonomia na inserção internacional do Brasil: um caminho histórico próprio. *Contexto Internacional*, 36(1), pp.9–41.

Visentini, P. G. (2011). 'O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010)'. *Revista Iberoamérica*, nº4, pp.56-68.

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2007). 'A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação'. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.29, nº2, julho/dezembro, 2007, pp.273-335. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/# [Acesso em: 24 mar. 2023]

VITTE, C. de C. S. (2009). Planejamento territorial e os impactos socioeconômicos da IIRSA no território brasileiro: atores, conflitos e interesses. In: *ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 12., 2009, Montevidéu. Anais... Montevidéu: [s.n.], 1, pp. 1-17.